

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2024

**UNIDADES DO
SISTEMA DE
GOVERNANÇA**

Elaborado conforme previsões da Resolução TRE-PR nº 932/2024, que Regulamenta o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral do Paraná.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CONSELHO DE GOVERNANÇA	5
COMITÊS	9
<i>3.1 Comitê de Gestão da Infraestrutura e de Contratações - CGIC.....</i>	<i>9</i>
<i>3.2 Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI.....</i>	<i>11</i>
<i>3.3 Comitê de Gestão Estratégica e Riscos - CGER.....</i>	<i>12</i>
<i>3.4 Comitê de Gestão Judiciária - CGJUD.....</i>	<i>15</i>
<i>3.5 Comitê de Gestão Orçamentária - CGO.....</i>	<i>16</i>
<i>3.6 Comitê Gestor de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais- CGSIPDP</i>	<i>18</i>
<i>3.7 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Atenção Integral à Saúde - CGLGPAIS</i>	<i>20</i>
COMISSÕES	22
<i>4.1 Comissão de Ética e Integridade.....</i>	<i>22</i>
<i>4.2 Comissão de Gestão de Continuidade de Negócios.....</i>	<i>23</i>
<i>4.3 Comissão de Gestão do Teletrabalho.....</i>	<i>24</i>
<i>4.4 Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal</i>	<i>25</i>
<i>4.5 Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no 1º grau.....</i>	<i>25</i>
<i>4.6 Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.....</i>	<i>26</i>

4.7 Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.....	27
4.8 Comissão Permanente de Avaliação Documental.....	28
4.9 Comissão Permanente de Segurança.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Dante de um cenário desafiador e com as exigências da sociedade, naturalmente, cada vez maiores, a boa gestão na administração pública é essencial para incentivar a inovação, garantir o uso correto do dinheiro público e oferecer serviços de qualidade à população.

Nesse sentido, entender e aplicar práticas eficazes de gestão é crucial para assegurar que o setor público funcione de maneira a satisfazer as necessidades da sociedade. Isso significa promover a transparência, a eficiência, a acessibilidade, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida.

Neste sentido, apresenta-se o detalhamento das ações e resultados obtidos pelas unidades que integram esse sistema:

- **Conselho de Governança:** responsável por avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance de metas estabelecidas e, ainda, deliberar acerca das seguintes matérias: governança; gestão estratégica; objetivos institucionais, metas, estratégias e indicadores; políticas organizacionais; projetos institucionais e processos organizacionais; resultados institucionais; controles internos administrativos; atuação da auditoria interna a partir do relatório anual de atividades; e outros temas correlatos à natureza de sua competência;

- **Comitês:** encarregados da análise de temas específicos, de caráter permanente, alinhados com as matérias de competência do Conselho de Governança;
- **Comissões:** atuam em temas específicos e relevantes para a instituição.

Pelo exposto, apresenta-se o **Relatório Anual das Atividades do Conselho de Governança e dos Comitês do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR**, elaborado conforme dados encaminhados pelas áreas nos relatórios individuais e reflete o esforço contínuo em aprimorar a gestão e a tomada de decisões, visando a excelência na prestação de serviços à população e o cumprimento da Missão, Visão e Valores.

CONSELHO DE GOVERNANÇA

• Composição:

Presidente do Tribunal:

Desembargador Sigurd Roberto Bengtssø

Vice-Presidente e Corregedor

Regional Eleitoral do Tribunal:

Desembargador Luiz Osório Moraes Panza

Diretora-Geral do Tribunal:

Solange Maria Vieira

Diretora do Fórum de Curitiba:

Dra. Carla Melissa Martins Tria

Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do PR:

Dr. Anderson Ricardo Fogaça

Juiz Ouvidor Eleitoral:

Dr. Guilherme Frederico Hernandes Denz

Juíza Ouvidora da Mulher:

Dra. Desembargadora Claudia Cristina Cristofani

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):

Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Auditoria Interna (SECAUDI):

Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGRP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):

Helton Jose Sanchez

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLIEI):

Valcir Mombach

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Secretaria Judiciária (SECJUD):

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM):

Willian Gallera Garcia

Assessor Chefe da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Assessora Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência (ASSPRES):

Rachel Diogenes Ramina Rezler

Assessora Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral (ASJUR):

Daniele Cristine Forneck Franzini

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 29/02/2024

2^a Reunião: 08/08/2024

3^a Reunião: 17/10/2024

4^a Reunião: 10/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Informadas as mudanças no sistema eleitoral após aprovação das Resoluções pelo TSE, incluindo:
- Suspensão do Título Net para eleitores sem dados biométricos no cadastro eleitoral;
- Necessidade de nova coleta biométrica, apenas para quem não a utiliza há mais de 10 anos;
- Implementação de ferramenta no Título Net que possibilite o agendamento do atendimento presencial.
- Anunciado mutirão em cidades com mais de 80 mil eleitores, para aumentar o número de cadastrados no estado.
- Destacada a experiência da EJE ao abordar temas de cidadania, democracia e importância do voto com alunos voluntários.
- Relatado o estado de conservação do prédio Brinks, usado para armazenamento de urnas destinadas ao descarte, e sugerida a formalização da reforma da Brinks no Plano de Obras de 2025.
- Divulgada a necessidade de ampliar o espaço de trabalho e armazenamento da SECTI devido ao aumento de atividades, grupo de trabalho e ativos de TI, além de melhorar a integração da equipe, hoje dispersa em diferentes prédios.
- Decidido pela elaboração de estudos técnicos preliminares, para verificar a possibilidade de construção de vestiário e ampliação do auditório.
- Sugerida parceria com a PUC, para que servidores utilizem a estrutura da universidade para atividades físicas focadas na saúde.
- Reforçada a importância de manter a página do TRE-PR atualizada e organizada, para facilitar o acesso público e atender às exigências do CNJ.
- Destacada a importância de identificar riscos reacionados ao processo eleitoral.
- Solicitada consultoria à SECAUDI sobre o PJE, resultando na sugestão de criação de Assessoria Especializada vinculada à Presidência para gerenciamento unificado do sistema.
- Divulgada a Resolução TRE-PR nº 938/2024, regulamentando a distribuição aleatória e transparente dos feitos judiciais das eleições 2024 pelo PJE.
- Reforçada a necessidade de assegurar o funcionamento do PJE durante o horário regular de expediente, para evitar fruição em horário diverso, que gere pagamento de horas extras.
- Relatadas ações de aprimoramento da segurança nos fóruns eleitorais.
- Estabelecida nova dinâmica de gerenciamento de riscos entre Comitês e Secretarias.
- Deliberado acerca da pasta “G”.
- Anunciada a divulgação do início do treinamento de mesários à imprensa.
- Informada a campanha inédita de inclusão de mesários voluntários PcDs.
- Publicada a Portaria TRE-PR nº 268/2024, oficializando o Plano de Gestão 2024-2025. O plano está alinhado com as diretrizes do CNJ e estruturado em cinco pilares para atender aos objetivos estratégicos do TRE-PR.
- Anunciada a contratação de mulheres vítimas de violência, incluindo PcD.

- Apresentadas recomendações do CNJ sobre a Política de Incentivo à Participação Feminina no Judiciário e divulgadas as ações para atender à recomendação do CNJ.
- Proposta norma interna para que o TJ inclua, na lista tríplice, um homem e uma mulher, atendendo à cota de gênero do CNJ.
- Solicitada capacitação em temas sobre questões femininas, raça e gênero.
- Aprovado o Plano de Integridade e proposta a criação de norma com os “Mandamentos da Integridade”, bem como divulgadas a Identidade Visual e as Campanhas de Comunicação do referido Programa.
- Relatadas ações do Núcleo de Cooperação Judiciária e a realização do Seminário sobre Assédio Eleitoral.
- Ressaltada a importância de evoluir nas tratativas com o TJ, para inclusão do projeto de compartilhamento de dados pessoais, nomeações de e afastamentos dos juízes do TJPR.
- Criada a unidade de monitoramento das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF/CNJ) em cooperação com TJPR e TRF4.
- Apresentadas ações dos Grupos de Trabalho dos Eixos Produtividade e Governança do Prêmio CNJ de Qualidade 2024.
- Aprovado o Relatório de Atividades de Auditoria de 2023.
- Discutida a pontuação do “Datajud – Polo Passivo” e sugeridas tratativas com o TSE.
- Comunicada a elaboração de uma norma para o planejamento de contratações e a criação de uma assessoria na SECAD com o objetivo de gerenciar obras.
- Relatadas as principais ações dos comitês: Gestão Judiciária, Orçamentária, Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais, Gestão de Pessoas e Atenção Integral à Saúde, Infraestrutura e de Contratações, Gestão da Tecnologia da Informação.
- Apresentadas as ações dos projetos Cidadania Plena e Eleições 2024.
- Divulgado o resultado do Ranking da Transparência CNJ 2024, com o TRE-PR em 8º no Ranking Geral e 3º entre os TREs.
- Solicitadas ações para melhorar os índices de sustentabilidade.
- Informado o encaminhamento de ofício ao TSE sobre a criação de ente despersonalizado no PJE.
- Noticiado o requisito do Prêmio CNJ de Qualidade, relacionado à redução da taxa de congestionamento líquida.
- Comunicada a orientação aos Juízos Eleitorais, sobre a correta classificação das partes processuais com uso do BI.
- Apresentadas ações para melhorar o Indicador de Sustentabilidade e definida a apresentação, em 30 dias, de estudo e campanhas para reduzir o consumo de energia elétrica.
- Informada a revisão do reaproveitamento de água para limpeza e sugerido estudo para verificar a viabilidade de implantar um poço artesiano e sistema de captação de água da chuva.
- Apresentadas as principais ações e metas da COEJE para 2025.
- Reforçado o fortalecimento da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, já em execução no Tribunal.

- Noticiado que o TRE-PR ficou em 2º lugar na Justiça Eleitoral e 5º no Poder Judiciário no iESGo 2024 (índice do TCU).
- Definidos os riscos para o Plano de Auditoria Interna 2025: urnas eletrônicas para as eleições 2026, licitações e manutenção de fóruns.
- Ressaltada a pontuação relacionada à Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.
- Explanado o Prêmio CNJ de Qualidade 2025, composto por 1362 pontos divididos em: governança (415), dados e tecnologia (517), produtividade (270) e transparência (160).
- Apresentados os 10 Mandamentos da Integridade, que serão revisados pelas unidades do Tribunal.
- Detalhado o andamento das atividades do Plano de Gestão 2024-2025.
- Noticiadas as ações realizadas no âmbito do Projeto Eleições 2024.
- Comunicadas às Zonas Eleitorais e Gabinetes as ações necessárias para cumprir as Metas Nacionais 2024.
- Informado o envio de PAD à SECAUDI, para análise e inclusão no PAA dos temas sugeridos pelo Conselho de Governança.
- Relatada a criação de Comissão para elaborar o Plano de Ação das Urnas Eletrônicas para as Eleições 2026.
- Anunciado que o TRE-PR recebeu o Prêmio Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2024, conquistando o 1º lugar entre os Tribunais Eleitorais de grande porte.
- Divulgado estudo para redução do consumo de energia elétrica e apresentado o Projeto de Geração Solar Fotovoltaica.
- Apresentados os dados referentes ao cumprimento das Metas Nacionais 2024.
- Informada a aprovação das Metas Nacionais CNJ para 2025.
- Anunciada a Portaria CNJ nº 411/2024, que traz o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2025 e apresenta as principais alterações em relação ao regulamento de 2024.

COMITÊS

3.1) Comitê de Gestão da Infraestrutura e de Contratações - CGIC

• Composição:

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLI):

Valcir Mombach

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):

Helton Jose Sanchez

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Secretaria de Comunicação Social e Multimídia (SECOM):

Willian Gallera Garcia

Coordenadoria de Cadastro Eleitoral (CRECAD):

Cleber Willian Rodrigues De Lara

Coordenadoria de Infraestrutura Predial (CIP):

Guilherme Babora do Carvalhal

Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC):

Maria de Fátima Almeida

Coordenadoria de Gestão de Patrimônio (CGP):

Marlene Regina Kovalski

Coordenadoria de Planejamento das Contratações (CPC):

Rachel Ivania Tasca e Lazzari

Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CPO):

Eliana Regina Giacomossi Mass

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Lucianna Maria de Araujo Sampaio

Assessoria Técnica da Secretaria de Administração (ATSECAD):

Alexei Preto Rodrigues

Assessoria Técnica da Coordenadoria de Licitações e Contratos (ATCLC):

Julian Velloso Pugh

Chefia de Cartório da Direção do Fórum de Curitiba:

Romeu Ribas Saccani

Cartório da 80ª Zona Eleitoral de Ibiporã:

Leandro Jose De Souza

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 11/03/2024

2^a Reunião: 03/07/2024

3^a Reunião: 26/08/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Apresentado o andamento das contratações, destacando aquisições prioritárias e relacionadas às Eleições.
- Deliberado para providências:
- Realizar Análise de Riscos do Plano de Contratações Anual, conforme a nova Lei de Licitações;
- Priorizar a contratação do Plano de Saúde e demandas de TIC para Segurança Cibernética;
- Reforçar a importância do Documento para Formalização da Demanda (DFD) no PCA;
- Investir na manutenção dos Fóruns Eleitorais;
- Aprimorar a pesquisa de preços, para valores mais próximos possível do real valor de mercado;
- Publicar o cronograma de manutenções na Intranet do Tribunal, para maior transparência.
- Explanado acerca do andamento das seguintes contratações:
 - a)** Eleições;
 - b)** Serviços de Diplomação;
 - c)** Segurança do Evento Eleições 2024;
 - d)** Suprimentos de TI;
 - e)** Materiais Elétricos;
 - f)** Material de Copa e Cozinha;
 - g)** Sacola de Brim;
 - h)** Colete Eleitoral;
 - i)** Faixas e Cartazes;
 - j)** Transporte de Urnas.
- Informada a finalização das seguintes contratações, que impactam indiretamente nas Eleições:
 - a)** plano de saúde;
 - b)** manutenção de ar-condicionado;
 - c)** baterias para urnas eletrônicas;
 - d)** cabine de votação;
 - e)** impulsionamento em redes sociais;
 - f)** transmissão de dados;
 - g)** outsourcing de impressão;
 - h)** locação de veículos;
 - i)** registro de ponto.
- Relatada a estruturação de novo processo para tratar as demandas fora do escopo do Plano de Contratações Anual (PCA).
- Comunicado avanço nas contratações de cibersegurança, alinhadas à análise de maturidade contratada pelo TSE para os tribunais.
- Informado que foram realizadas visitas técnicas nos cartórios eleitorais, para avaliar reformas necessárias, priorizando intervenções urgentes.
- Destacado que o objetivo é aperfeiçoar o planejamento orçamentário de 2025, mas também incluir projeções no PCA de 2026.
- Destacadas três contratações em andamento para as Eleições de 2024:
 - a)** suprimentos de TI;
 - b)** serviços atinentes à diplomação
 - c)** aquisição de 2.500 extensões elétricas de 5 metros.

- Desativado o sistema de contratos do TRE-PR e substituído pelo ContratosGov.com, em conformidade com os critérios de segurança e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- Comunicado que a soma das contratações já concluídas, com as em andamento, perfazem o total de 95 para o ano de 2024.
- Divulgado o ranking de prioridade de reformas para 15 Fóruns Eleitorais, com base em visitas técnicas, além de dados sobre obras já em andamento.
- Informado que, para 2025, o cenário orçamentário indica que apenas manutenções emergenciais deverão ser realizadas devido a restrições financeiras.

3.2) Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação – CGTI

• Composição:

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):

Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):

Helton Jose Sanchez

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLIE):

Valcir Mombach

Secretaria Judiciária (SECJUD):

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM):

Willian Gallera Garcia

Coordenadoria de Infraestrutura de TI (COINF):

Max Luiz de Carvalho

Coordenadoria de Serviços e Ambiente (COSA):

Marcos Fábio Portela

Coordenadoria de Sistemas (COSIS):

Desiree Hernandez Mausbach Ricco

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Silmara Aparecida Laskoski

Assessor de Segurança Cibernética (ASC):

Lucas Barke Bruzon

Chefe do Núcleo de Apoio à Governança de TI (NAGTI):

Hélio Da Conceição Camillo Junior

Chefe de Cartório da 021ª Zona Eleitoral de

Siqueira Campos:

Anderson Cardoso De Magalhães

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 28/02/2024

2^a Reunião: 03/04/2024

2^a Reunião: 17/05/2024

2^a Reunião: 28/08/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Apresentados os objetivos do CGTI para 2024:
 - a) Confecção do Plano Diretor de TI 2025-2026;
 - b) Revisão do Plano de Transformação Digital 2022-2026
 - c) Acompanhamento dos Planos de Trabalho: ENTIC-JUD, ENSEC-PJ, PDTI, PTD, Revisão de normas;
 - d) Acompanhamento do Portfólio de Projetos;
 - e) Acompanhamento das contratações de TI;
 - f) Acompanhamento de Indicadores.
- Exposto o “roadmap” - representação visual da estratégia planejada para implantação do SEI.
- Anunciado o status do Portfólio de Projetos de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas.
- Acatada a revisão do Plano Diretor de TI - PDTI 2023-2024.
- Divulgado o Plano de Trabalho de melhoria do IGovTIC.
- Anunciadas as diretrizes do Plano de Gestão de Riscos de TI 2024.
- Aprovado o Plano de Capacitação de TI 2024.
- Acatado o processo de gerenciamento de disponibilidade.
- Aprovado o processo de gerenciamento de projetos de TI
- Priorizado o Portfólio de projetos de desenvolvimento de sistemas.
- Realizado o monitoramento dos indicadores.
- Desenvolvidos os Planos de Trabalho:

- Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD;
- b) Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário - ENSEC-PJ;
- c) Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI;
- d) Revisão de normas.
- Realizado o monitoramento do Portfólio de Projetos, bem como da priorização do Portfólio de Sistemas.
- Fomentada a revisão do PDTI.
- Aprovado o Plano Diretor de TI 2025-2026.
- Atualizado o critério de retenção de logs, com adequação do período à capacidade da infraestrutura de armazenamento.
- Apreciada a proposta do acordo de nível de serviço, bem como das atividades do CGTI em 2024.

3.3) Comitê de Gestão Estratégica e Riscos – CGER

• Composição:

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLIEI):

Valcir Mombach

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):

Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):

Helton Jose Sanchez

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Secretaria Judiciária (SECJUD):

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM):

Willian Gallera Garcia

Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Coordenador de Transporte e Segurança Institucional (CTSI):

João Paulo De Castro

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Daniele Cristine Forneck Franzini

Juíza de Cooperação de 1º Grau:

Dra. Vanessa Jamus Marchi

Juiz de Cooperação de 2º Grau:

Dr. Marcel Guimarães Rotoli De Macedo

Cartório da 010ª Zona Eleitoral da Lapa:

Dieison Picin Soares Bernardi

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 09/04/2024

2ª Reunião: 14/05/2024

3ª Reunião: 04/06/2024

4ª Reunião: 25/06/2024

5ª Reunião: 22/08/2024

6ª Reunião: 19/11/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Elaborado o Plano de Gestão 2024, baseado nos cinco pilares da gestão atual: Integridade, Pessoas com Deficiência, Mulheres, Governança e Acesso à Justiça Eleitoral.
- Noticiada a publicação do Relatório de Gestão, referente ao exercício 2023.
- Implantado o Guia da Transparéncia na página de Transparéncia e Prestação de Contas, conforme a Portaria CNJ nº 25/2024.
- Destacadas as principais alterações no Prêmio CNJ de Qualidade 2024 (Portaria nº 104/2024) após análise das impugnações.
- Enfatizada a importância da pesquisa de gestão participativa para a definição das metas do CNJ em 2025.
- Informados os dois riscos monitorados ao longo de 2024, pela Coordenadoria Executiva e Secretarias.
- Determinado que questões de risco, não atendidas no Questionário TCU IESGO 2024, sejam discutidas no Comitê para aprimoramento da atuação.
- Comunicada a elaboração anual do Plano de Gestão de Riscos da própria TI, que define os ativos e processos a serem priorizados para mapeamento.

- Definidos os riscos a serem monitorados pelo Comitê em 2024:
 - a) Segurança Cibernética;**
 - b) Processo de descentralização das urnas;**
 - c) Divulgação de informações, sobre as Eleições de 2024, para o público externo;**
 - d) Matriz de Riscos PcDs.**

Deliberado que os demais riscos, considerados relevantes, serão monitorados pela própria área, uma vez que se tratam de riscos relacionados à gestão e não à governança.
- Anunciadas as ações implementadas em prol do cumprimento do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcDs) como mesários voluntários.
- Ressaltada a relevância da parceria entre o Tribunal e instituições como as APAEs, uma vez que estas instituições podem retratar as características, habilidades, competências e limitações das Pessoas com Deficiência (PcDs). Relatado, também, a intenção do Tribunal firmar parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), visando contar com o apoio de intérpretes de Libras, estudantes da instituição, para prestar auxílio nas eleições.
- Comunicada a veiculação de campanhas em vídeo e nos ônibus, com o chamamento dos mesários PcDs que desejavam trabalhar nas eleições de forma voluntária.
- Noticiado o resultado preliminar do Ranking da Transparência CNJ 2024, no qual o TRE-PR alcançou 101,90% de desempenho, posicionando-se em 8º lugar no Ranking Geral e em 3º lugar entre os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).
- Deliberado que os riscos da SECCRE e da SECJUD seriam tratados pelo Comitê de Gestão Judiciária - CGJUD, enquanto os riscos relacionados à Segurança Cibernética - Drive “G” seriam abordados pelo Conselho de Governança.
- Finalizada a Matriz de Riscos PcDs, sendo feitos ajustes e indicados os responsáveis e prazos para cumprimento.
- Comunicado que a magistrada da 178ª Zona Eleitoral de Curitiba, como Juíza de Cooperação de 1º Grau, coordenou projetos do “Pacto pela Paz nas Eleições 2024”, atuando no combate à desinformação, fake news e questões de gênero.
- Concluída a revisão dos principais riscos críticos dos últimos três anos, com deliberação sobre riscos institucionais para avaliação do Conselho e possível inclusão no PAA pela SECAUDI.
- Informado que a contratação dos Correios mitigou o risco no transporte de urnas para as Eleições.
- Noticiado que a SECOM implementou ações para mitigar o risco de divulgação de informações conflitantes sobre as Eleições 2024, incluindo material para juízes e servidores.
- Anunciado o resultado do monitoramento do Plano de Gestão 2024-2025, informando a conclusão das ações sobre inclusão de mulheres em grupos vulneráveis e a capacitação sobre violência política de gênero.
- Informada a realização de curso no CNJ, envolvendo questões de gênero.
- Adiado para 2025 o curso sobre Governança e Gestão de riscos, devido ao período eleitoral, tendo o orçamento sido redistribuído para outra capacitação.

- Sugerido o aprimoramento da Página do Tribunal, para ampliar a transparência das informações.
- Apresentado o monitoramento de risco relacionado à “Divulgação de informações conflitantes nas Eleições 2024” e proposta a criação de um Plano de Comunicação para definir fontes de dados e responsabilidades. Também foi apresentado o resultado do monitoramento da “Descentralização de Urnas”.
- Relatados os efeitos positivos da exclusão do “Drive G”, em relação à segurança cibernética.
- Monitorados os riscos relacionados aos “Mesários PcDs”, com aprimoramento previsto após pesquisas.
- Anunciada a análise de revisão das metas e indicadores estratégicos para o período 2021/2026.
- Deliberados novos estudos para atualizar o Plano de Gestão a partir de 2025.
- Apresentado o trabalho conjunto com Zonas Eleitorais sobre 802 PCAS, com certidão de ausência de movimentação financeira.
- Divulgado levantamento sobre o cumprimento das metas nacionais do CNJ para 2024.
- Sugerido o monitoramento interno de processos com aprimoramento do BI.
- Informados os prêmios disputados pelo Tribunal e outros potenciais para 2025.
- Noticiado o aprimoramento das publicações institucionais com audiodescrição, Libras e legendas para maior acessibilidade.
- Convencionada a consulta às Zonas Eleitorais e Gabinetes sobre decisões judiciais relacionadas a Direitos Humanos previstas na Portaria CNJ nº 255/2024.

3.4) Comitê de Gestão Judiciária - CGJUD

• Composição:

Secretaria Judiciária (SECJUD):

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):

Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLI):

Valcir Mombach

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Coordenadora de Sistemas Processuais e Processos Específicos (CRESPE):

Viviane Stein

Coordenadoria de Cadastro Eleitoral (CRECAD):

Cleber Willian Rodrigues De Lara

Coordenadoria de Contas Eleitorais e Partidárias (CCEP):

Paulo Sérgio Esteves

Coordenadoria de Assuntos Judiciários e Correcionais (CRCAJ):

Vanessa Piovezan Scholz Bravo

Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Coordenadoria de Sessões (CSESS):

Claudia Denise Schmid Weber

Coordenadoria de Sistemas (COSIS):

Desiree Hernandez Mausbach Ricco

Coordenadoria Processual (CPR):

Daniela Nunes Pinheiro

Oficial de Gabinete do Juiz de Direito 2 - GAB5:

Thais Mazini Ferreira Muller

Cartório da 062ª Zona Eleitoral de Rebouças:

Marco Aurélio Canever

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 22/03/2024

2ª Reunião: 30/06/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Apresentadas, pelas servidoras que participaram do II Encontro Nacional dos Gestores do Processo Judicial Eletrônico - PJE, as principais inovações que serão implementadas no sistema, além de outras informações relevantes sobre temas como PJE Mídias, domicílio eletrônico, Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ, Pardal, ajuste de movimentos, entre outros.
- Concluídos estudos, pela Assessoria da Presidência, para a criação de Grupo de Trabalho voltado às Metas do CNJ, com foco no 1º grau de jurisdição e participação de servidores das Zonas Eleitorais.
- Formada equipe para parametrização do PJE nos 1º e 2º graus, composta por servidoras da Seção de Sistemas

Processuais, Seção de Autuação e Distribuição, Secretaria de Tecnologia da Informação - SECTI e Cartórios Eleitorais.

- Retomada a comunicação da Seção de Autuação e Distribuição com a Seção de Sistemas Processuais, via e-mail, sempre que forem identificados procedimentos das Zonas Eleitorais que exijam avaliação ou orientação.
- Realizada a extração de relatórios da base de dados do PJE, pela SECTI, visando comparar e adequar informações sobre assuntos, classes, competências e prioridades.

3.5) Comitê de Gestão Orçamentária – CGO**• Composição:****Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):**

Helton Jose Sanchez

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLIE):

Valcir Mombach

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar Jose Fernandes de Deus

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Coordenadoria de Infraestrutura Predial (CIP):

Guilherme Babora Do Carvalhal

Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC):

Maria de Fátima Almeida

Coordenadoria de Gestão de Patrimônio (CGP):

Marlene Regina Kovalski

Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CPO):

Eliana Regina Giacomossi Mass

Coordenadoria de Planejamento das Contratações (CPC):

Rachel Ivania Tasca E Lazzari

Assessoria Técnica da Coordenadoria de Licitações e Contratos (ATCLC):

Julian Velloso Pugh

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Silmara Aparecida Laskoski

Cartório da 004^a Zona Eleitoral de Curitiba:

Liliane Hatsbach

b) Datas das Reuniões:

1^ª Reunião: 28/02/2024

2^ª Reunião: 08/05/2024

3^ª Reunião: 21/08/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Apresentados os indicadores e posicionamento relativos à execução orçamentária da Justiça Eleitoral.
- Disponibilizadas as informações relativas à “Execução 2024 - Orçamento Recebido e Orçamento Disponível”.

- Demonstrado o cenário de restrição orçamentária para a proposta de 2025.
- Informado o calendário de “Créditos Adicionais 2024”.
- Alertado sobre os valores pendentes em Restos a Pagar.
- Reforçada a importância da racionalização contratual, para respeitar os limites orçamentários.
- Apresentados os resultados implementados: a) Readequação das metas e dos indicadores de desempenho; b) Ajuste nos contratos, para manter os limites orçamentários estabelecidos.
- Apresentados os valores dos Restos a Pagar de 2023 e discutida a situação atual dos pagamentos.
- Informados os saldos orçamentários de 2024, com destaque para o saldo destinado a reformas.
- Relatado o cenário da execução contratual de 2024, reforçando a necessidade de cortes orçamentários.
- Detalhados os valores recebidos via Créditos Adicionais, resultantes de ajustes e remanejamentos para atender novas demandas prioritárias.
- Comunicados os resultados alcançados:

a) Encaminhadas para execução as Despesas inscritas em Restos a Pagar;

b) Análise e ajuste das demandas referentes à Execução Orçamentária 2024, para publicação do PCA 2024.

- Apresentados os valores de Restos a Pagar, bem como a execução orçamentária de 2024.
- Relatadas as demandas executadas, canceladas, antecipadas, postergadas ou realizadas com valor inferior ao previsto.

- Informado que o tribunal não recebeu Crédito Adicional na 2^a Fase de Créditos.
- Detalhada a execução orçamentária e ouvidas as justificativas dos demandantes sobre a previsão de execução.
- Comunicado que o limite referencial da Proposta Orçamentária de 2025 não foi apresentado pelo TSE, conforme cronograma estabelecido.
- Divulgados os resultados implementados: a) Publicados os anexos do PCA 2024 e PCA Eleições 2024; b) Ajustada a Proposta Orçamentária de 2025 conforme os valores do Projeto de Lei Orçamentária Anual.
- Apresentados dados sobre a Expectativa de Execução e Sobras do Orçamento Ordinário disponível em custeio.
- Discutidas soluções para aquisição de sistemas de segurança de TI.
- Reforçada a importância da análise dos gastos para aprimorar a reclassificação das despesas.
- Informado que o resultado implementado foi a destinação dos valores referentes às sobras orçamentárias.

3.6) Comitê Gestor de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais – CGSIPDP

• Composição:

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):
Gilmar Jose Fernandes de Deus

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECIPLEI):
Valcir Mombach

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):
Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Administração (SECAD):
Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP):
Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SECOFC):
Helton Jose Sanchez

Secretaria Judiciária (SECJUD):
Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM):
Willian Gallera Garcia

Assessoria da Presidência (ASSP):
Diogo Sguissardi Margarida

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):
Lucianna Maria de Araújo Sampaio

Assessoria de Segurança Cibernética (ASC):

Lucas Barke Bruzon

Coordenadoria de Infraestrutura de TI (COINF):

Max Luiz de Carvalho

Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG), Gestor de Segurança da Informação e Encarregado de Dados:

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Ouvidoria (OUVDA):

Mariana Pirihi Cordeiro

Núcleo de LGPD e Processos de Segurança da Informação (NLGPD):

Fabio Henrique Da Silva Skonieczny

Cartório da 174ª ZE de Curitiba:

Romeu Ribas Saccani

Cartório da 147ª ZE de Foz do Iguaçu:

Helen Dias Friedrich

b) Datas das Reuniões:

- 1^a Reunião: 16/02/2024
- 2^a Reunião: 04/04/2024
- 3^a Reunião: 04/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Transferida a presidência do CGSIPDP para a SECTI, que passou a gerenciar os sistemas em nuvem e redes sociais, implementando novas diretrizes e o Plano de Tratamento de Incidentes Cibernéticos.
- Definidos os protocolos de ação para eventuais tentativas de ataques cibernéticos na rede do TRE-PR.
- Estabelecida a criação de contas próprias para áreas que publicam vídeos, evitando compartilhamento de

senhas e aumentando a segurança.

- Apresentado normativo para gestão de incidentes cibernéticos, com diretrizes de detecção, resposta, recuperação e avaliação pós-incidente.
- Designados servidores para atuar como Gestor de Crises, Encarregado de Dados Pessoais e Interlocutor, responsável pela comunicação durante crises.
- Definida a composição fixa do Comitê de Gestão de Crises, a ser aprovada pelos Secretários do Tribunal.
- Encaminhada proposta de portaria para regulamentar o uso de serviços em nuvem na Justiça Eleitoral do Paraná.
- Alinhado o Plano de Gestão de Crise Cibernética ao Plano de Continuidade de Negócios de TI.
- Recomendadas simulações para testar o plano de crise, com participação de todas as unidades envolvidas.
- Deliberado que será agendada reunião específica para discutir a publicação de vídeos no YouTube com manuais e guias do TRE-PR.
- Reafirmado que a cibersegurança é responsabilidade de todos os servidores.
- Ressaltada a necessidade de atualização das normas do TRE-PR, para atender às exigências do CNJ, incluindo regras de segurança da informação.
- Apresentada norma sobre criptografia, reforçando a proteção de dados sensíveis conforme a LGPD. Ressaltado que algumas exigências já são cumpridas, mas outras demandam novos investimentos.
- Deliberado a respeito do Google Drive.
- Comentada a criptografia de disco usada pelo TSE, a gestão de chaves criptográficas e a futura autoridade certificadora do TRE.
- Aprovada a norma de criptografia, com prazo de 12

meses para vigência, após revisão jurídica.

- Explicado o uso do Google Workspace e sua ferramenta de inteligência artificial para a identificação de dados sensíveis.
- Discutidas alternativas para o compartilhamento do Drive G, com foco na redução de custos e riscos e melhoria da segurança.
- Sugerida capacitação dos usuários sobre o Google Drive, por meio de treinamento ou vídeo instrutivo, com período de adaptação de 15 a 30 dias.
- Apresentados dois projetos de segurança da Assessoria de Segurança Cibernética.
- Apresentados resultados e indicadores de segurança cibernética do período eleitoral.
- Informada a importância da exclusão do “Drive G”, para prevenir incidentes de segurança e seus impactos na eleição.
- Exibido o gráfico de mapeamento dos perfis de ataques à infraestrutura do TRE-PR.
- Destacados os projetos de segurança de 2024, como o “Portal de Aplicações”, “WAF”, automação na resposta a incidentes e controle de acesso remoto de terceiros, com resultados alcançados.
- Explanado a respeito dos bloqueios e permissões de acesso nos finais de semana do pleito eleitoral.
- Apresentados os projetos de segurança planejados para 2025.
- Informados os riscos de segurança cibernética identificados para 2025.

3.7) Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Atenção Integral à Saúde - CGLGPAIS

• Composição:

Secretaria de Gestão de Pessoas (SEC GP):

Gabrielle Ana Selig Shiohara

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE):

Silvia Albuquerque Medici Metri

Secretaria de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SEC PLEI):

Valcir Mombach

Secretaria Judiciária (SEC JUD):

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretaria de Tecnologia da Informação (SECTI):

Gilmar José Fernandes de Deus

Secretaria de Comunicação e Multimídia (SECOM):

Willian Gallera Garcia

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Coordenadoria de Força de Trabalho e Desenvolvimento (CFTD):

Fernando Celso Torres

Coordenadoria de Pessoal (COP):

Michele de Almeida

Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CPO):

Eliana Regina Giacomossi Mass

Coordenadoria Executiva da Escola Judicial Eleitoral (COEJE):

Domício Prates Ribeiro Filho

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Lucianna Maria de Araujo Sampaio

Assessoria de Atenção à Saúde (SAUDE):

Mozar de Ramos

Cartório Eleitoral 024^a ZE de Jacarezinho:

Leopoldo Tisato Ishikawa

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 22/03/2024

2^a Reunião: 22/08/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Informado que o sistema do TSE, para o e-Social, está em constante aprimoramento. No entanto, o TRE-PR conseguiu processar 100% dos eventos, restando apenas solucionar poucas dificuldades existentes no sistema.
- Destacada orientação superior de priorização do trabalho híbrido em substituição ao teletrabalho.
- Deliberado que a Secretaria de Gestão de Pessoas centralizará as mudanças de lotação dos servidores, incluindo informações sobre o regime de trabalho.
- Proposta a realização de reuniões periódicas da SECOP com as demais unidades da Secretaria, com o objetivo

de ouvir os servidores.

- Apresentado o andamento de dois projetos: Sistema de registro de frequência e Projeto “Convivência que Transforma”.
- Compartilhados os conceitos da proposta do Projeto de Lotação - Mural de Vagas, objetivando a transparência dos processos, proporcionando crescimento profissional e valorização das competências.
- Registrado que as alterações propostas foram ratificadas pelos membros do Comitê.

4) COMISSÕES

4.1) Comissão de Ética e Integridade - COETIN

• Composição:

Seção de Benefícios e Análises Técnicas (SEBAT):

Alisson Adamoski do Nascimento

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Daniele Cristine Forneck Franzini

Gabinete das Ouvidorias (GABOUV):

Mariana Pirihi Cordeiro

Cartório da 188^a ZE de Pinhais:

Daniel Behar Ribeiro

Coordenadoria de Sistemas Processuais e Processos

Específicos (CRESPE):

Viviane Stein

Coordenadoria de Planejamento de Logística de Eleições (CPLE):

Vivian Wolff De Liz

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 17/10/2024

2^a Reunião: 05/12/2024

3^a Reunião: 18/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Disponibilizadas novas ferramentas tecnológicas para a organização das atividades da Comissão.
- Criado o e-mail institucional etica@tre-pr.jus.br.
- Solicitado levantamento dos processos disciplinares relacionados à ética e integridade, iniciados desde 2021, para análise estatística e aprimoramento da gestão ética.
- Iniciados estudos sobre consulta apresentada por servidor, com conclusão prevista após a designação da nova Comissão.
- A Comissão de Ética reconheceu ausência de competência para apreciar o PAD nº 23418/2024, devolvendo-o à Ouvidoria para providências cabíveis.
- Deliberada, igualmente, a ausência de competência para o PAD nº 23955/2024, sendo o processo encaminhado à Presidência, enquanto aguarda-se a definição da nova composição da COETIN no PAD nº 3333/2022.

4.2) Comissão de Gestão de Continuidade de Negócios – COGECONEG

• Composição:

Assessor da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Assessor Jurídico da Presidência (ASSPRES):

Rafael Sponholz Farhat

Assessor Técnico da SECAD (ATSECAD):

Alexei Preto Rodrigues

Coordenadora de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Chefe do Núcleo de Integridade e Plano de Continuidade de Negócios (NIPCN):

Maria Angelica Gasparetto Pereira Fagundes

Assistente V da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASSJUR):

Michele Martins Burda Castilho Simioni

Chefe do Núcleo de Obrigações Fiscais, Tributárias e Previdenciárias Digitais (NOFTP):

Patricia De Fatima Estradioto Precoma

Chefe da Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores (SIDS):

Zilmar De Souza Junior

Chefe da Seção de Acompanhamento, Inspeções e Correções (SINC):

Anderson Cardoso Kaminski

Chefe do Núcleo de Apoio à Governança de TI (NAGTI):

Hélio Da Conceição Camillo Junior

Chefe do Núcleo de LGPD e Processos de Segurança da Informação (NLGPD):

Fabio Henrique Da Silva Skonieczny

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 10/05/2024

2^a Reunião: 16/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Apresentado resumo sobre o cronograma de atividades do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), reestruturado no último ano.
- Demonstrado o site pcn.tre-pr.jus.br, criado para organizar a documentação do PCN, com acesso para membros da comissão e gestor de continuidade, incluindo templates preenchidos pelo Núcleo de Integridade e Plano de Continuidade de Negócios (NIPCN).
- Discutida a necessidade de avaliar riscos, antes da elaboração de documentos e a possibilidade de integrar as atividades da Corte na ferramenta Business Impact Analysis (BIA).
- Destacado que alterações na ferramenta BIA podem comprometer a finalização do trabalho. Concluído que o gerenciamento de riscos operacionais cabe a cada unidade do TRE-PR, sendo a intervenção da comissão restrita a incidentes mais graves que superem os níveis previstos no BIA.
- Debatidos pontos relevantes sobre o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) do Tribunal, abordando:

- Mudanças na composição da Comissão;
- **Novas Recomendações:**
 - Análise das Recomendações CNJ nº 40/2012 e nº 160/2024;
 - Avaliação da necessidade de haver juiz designado como gestor de crises no gabinete de gestão de crise;
 - Confirmação de que o presidente atua como gestor, automaticamente no caso de confirmação de crises.
- **Prioridades definidas:**
 - Sistema de Gestão de Urnas Eletrônicas: plano de ação e monitoramento de riscos iniciado no Comitê de Gestão Estratégica e Riscos - CGER;
 - Infraestrutura de TI: aquisição de equipamentos, parceria com TJ para energia de emergência e atualização do software de backup.
- **Próximos passos:**
 - Agendar reunião em março de 2025, para revisar processos críticos;
 - Encontro com regionais e atualização dos planos de contingência.

4.3) Comissão de Gestão do Teletrabalho - CGTT

- **Composição:**

Coordenadoria de Força de Trabalho e Desenvolvimento (CFTD):

Fernando Celso Torres

Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPEI):

Valcir Mombach

Coordenadoria de Sistemas (COSIS):

Desiree Hernandez Mausbach

Assessoria de Atenção à Saúde (SAUDE):

Mozar de Ramos

Coordenadoria de Planejamento de Logística de Eleições (CPLE):

Vivian Wolff De Liz

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 19/09/2024

2ª Reunião: 29/11/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Concluído que, após análise dos dados obtidos dos relatórios parciais/finais do teletrabalho das servidoras e servidores, o teletrabalho tem alcançado resultados positivos e se apresenta como uma modalidade de trabalho eficaz.
- Definido que a Comissão apresentará orientações detalhadas sobre a elaboração dos relatórios de teletrabalho, destacando a importância do cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos.
- Compartilhados na Intranet, na seção “Manual do Servidor – Teletrabalho”, modelos completos para a elaboração dos relatórios, bem como implementadas medidas para reforçar a exigência quanto à pontualidade na entrega desses documentos.
- Mencionado que serão feitas alterações na Portaria TRE-PR nº 103/2023 e que nova análise de atualizações no processo de teletrabalho será realizada em fevereiro de 2025.

4.4) Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal

- **Composição:**

Juíza Membro Substituta da Corte deste Tribunal:

Doutora Andrea Fabiane Groth Busato

Juiz da 54ª Zona Eleitoral de Sengés:

Doutor Marcelo Quentin

Colaboradora terceirizada:

Bruna Vanessa Dos Santos De Oliveira

Seção de Logística de Materiais (SLOGMAT):

Paulo Cesar Ribeiro

Assessoria de Atenção à Saúde (SAUDE):

Rosicleia Augustin Pereira

Cartório da 169ª Zona Eleitoral de Campina da Lagoa:

Silvana Primila

Seção de Contas Eleitorais (SCE):

Mariana Silva Arakawa

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 22/03/2024

2ª Reunião: 26/03/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Verificada a tramitação da minuta da Política de Prevenção ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação e analisada a necessidade de sugestões.

- Debatido a respeito da Semana de Combate ao Assédio Moral, prevista para maio, conforme Resolução do CNJ. Na ocasião foi discutido a respeito da participação de convidados internos e externos e a possibilidade de contratar grupo teatral, caso haja recursos.
- Deliberada a priorização de contratos sem custos para o TRE-PR, elaboração de cartilha informativa e convite à comissão de 1º grau para organização conjunta da Semana de Combate aos Assédios e Discriminação.
- Levantadas propostas de ações para o segundo semestre, evitando impacto nas atividades dos membros durante o período eleitoral.
- Deliberado que será realizado o mapeamento de colaboradores terceirizados, para identificar sindicatos e empresas vinculadas, visando cadastrá-los em canais oficiais, como um grupo de WhatsApp da comissão.

4.5) Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no 1º grau

- **Composição:**

Juíza da 174ª Zona Eleitoral de Curitiba:

Doutora Carla Melissa Martins Tria

Juíza da 29ª Zona Eleitoral de Imbituva:

Doutora Ana Paula Menon Loureiro Pianaro Angelo

Colaboradora terceirizada:

Ingrid Louise Fernandes e Silva

Núcleo de Integridade e Plano de Continuidade de Negócios (NIPCN):

Juarez De Oliveira

Seção de Autuação e Distribuição (SAD):

Kariene Gomes Gordo Stecca

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Michele Martins Burda Castilho Simioni

Cartório da 176ª Zona Eleitoral de Curitiba:

Nilton Luiz Drabeski Dudziak

Cartório da 31ª Zona Eleitoral de Campo Mourão:

Sueli Aparecida De Oliveira Bissi

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 22/03/2024

2ª Reunião: 26/03/2024

3ª Reunião: 18/06/2024

4ª Reunião: 10/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Concluída a elaboração da Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Assédio Sexual e à Discriminação do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).
- Realizado o lançamento oficial da Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral, Assédio Sexual e à Discriminação do TRE-PR e a promoção da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação.
- Definido o protocolo interno para atendimentos, denúncias e reclamações.
- Avaliado o evento “Semana de Combate ao Assédio e Discriminação”.
- Apresentados os resultados alcançados:
- Os atendimentos da Comissão de Primeiro Grau passaram a seguir padrão único, com dois membros

atendendo em escala mensal e consulta prévia ao denunciante, sobre o interesse na participação da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEC GP no procedimento.

- Atualizada a composição da comissão e implantado um link permanente na Intranet, com acesso à cartilha digital de combate ao assédio, canais de denúncia e orientações detalhadas.
- Apresentado resumo das Oficinas do Encontro de Comissões em Brasília, destacando boas práticas de outros tribunais.
- Iniciadas discussões para a Semana de Combate ao Assédio e Discriminação para o próximo ano, com propostas de temas e palestrantes. Definido que o planejamento do evento começará em janeiro de 2025.

4.6) Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável – CGPLS

• **Composição:**

Chefe da Seção de Sustentabilidade (SESUST):

Lilian Toczek

Secretário de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação (SECPLI):

Valcir Mombach

Assessor da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Coordenadora de Planejamento e Logística de Eleições (CPLP):

Edna Sumie Yoshizawa

Coordenadora de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima Cabral

Chefe da Seção de Gestão de Material de Consumo (SGMC):

Sandra Regina Romanel Pianowski

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 16/10/2024
2^a Reunião: 19/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Noticiada abertura de processos auxiliares de monitoramento, para cada plano de ação previsto para o ano de 2024.
- Divulgada a previsão de apresentação dos seguintes documentos, pela Seção de Sustentabilidade, até o final de fevereiro de 2025:
 - Relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável (PLS), contendo os indicadores devidamente atualizados com os dados referentes ao ano de 2024;
 - Análise final sobre o cumprimento da meta do Plano de Logística Sustentável 2021-2026;
 - Relatório anual detalhando as ações realizadas no ano de 2024.
 - Encaminhado o plano inicial de descarbonização, em conformidade com o prazo estabelecido pela Resolução CNJ nº 594/2024. Também no âmbito da descarbonização, os indicadores previstos na Resolução nº 594/2024 serão incorporados ao PLS do TRE-PR.

- Definido que em 2025 serão agendadas reuniões quadrimestrais, para acompanhamento dos planos de ação na área de sustentabilidade, dos indicadores do PLS e do Plano de Descarbonização.

4.7) Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAIN

• Composição:

Assistente I do Cartório da 145^a Zona Eleitoral de Curitiba:

Neryberto Loureiro Da Silva

Assistente V do Gabinete do Juiz Federal - GAB4:

Andréia Roberta Mülling

Assessoria de Inovação e Acessibilidade (AIA):

Diogo Fraga Ferreira

Coordenadora de Planejamento de Estratégia e Gestão (CPEG):

Patricia Fretta Nogueira De Lima

Assistente I da Seção de Obras e Projetos (SOP):

Gilberto Muncinelli

Coordenadoria de Serviços e Ambiente (COSA):

Isabel De Loyola E Silva Guernieri

Chefe do Núcleo de Portais WEB (NWEB):

Jadir Rocha Nunes Junior

Chefe da Seção de Sustentabilidade (SESUST):

Lilian Toczek

Seção de Sustentabilidade (SESUST):

Marilda Etsuko Yoshida

Assistente V da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (ASJUR):

Michele Martins Burda Castilho Simioni

Assistente I da Assessoria de Atenção à Saúde (SAUDE):

Rosicleia Augustin Pereira

b) Datas das Reuniões:

1^a Reunião: 23/02/2024

2^a Reunião: 01/03/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Divulgado que um dos cinco pilares da nova gestão é acessibilidade.
- Realizada reunião para tratar especificamente do assunto Estagiários PCD e Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE.
- Propostas diversas ações para promover a acessibilidade:
- Promover Café Cultural, com a participação de juiz com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista - TEA;
- Divulgar Campanhas para estagiários PCD;
- Consultar sobre a exclusão do requisito de informar, no momento da contratação, se a pessoa possui deficiência.
- Sugerido que o projeto “Sentindo na Pele” seja direcionado prioritariamente aos gestores e realizado fora do período eleitoral.
- Deliberado acerca do preenchimento do formulário voluntário.

4.8) Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD

• Composição:

Assessoria da Presidência (ASSP):

Diogo Sguissardi Margarida

Chefe da Seção de Administração Predial (SAPRE):

Ana Lúcia Germano Costa

Chefe de Seção de Administração de Sistemas (SAS):

Alex Pinheiro Das Graças

Chefe da Seção de Capacitação (SCA):

Ana Paula Winters Bosco Scuissiatto

Chefe da Seção de Gestão Documental, Memória Institucional e Biblioteca (SEGDMB):

Carlos Alberto Barbosa Ferian

Seção de Gestão Documental, Memória Institucional e Biblioteca (SEGDMB):

Cleide Wiezbicki

Núcleo de LGPD e Processos de Segurança da Informação (NLGPD):

Fabio Henrique Da Silva Skonieczny

Seção de Diárias e Frequência (SDF):

Maria Regina Blanco Magalhaes

Cartório da 176^a Zona Eleitoral de Curitiba:

Nilton Luiz Drabeski Dudziak

Cartório da 033^a Zona Eleitoral de União da Vitória:

Salete Marques De Jesus Furlan

Seção de Gestão de Sistemas do Cadastro Eleitoral (SGESC):

Silka Stasiak Vendramin

b) Datas das Reuniões:

- 1^a Reunião: 26/04/2024
- 2^a Reunião: 08/08/2024
- 3^a Reunião: 05/12/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Proferida consulta à SECTI, a respeito do destino dos documentos do sistema PAD, após a implementação do SEI.
- Apresentada proposta da Comissão sobre a avaliação e destinação dos documentos do sistema PAD.
- Avaliada minuta do normativo do SEI, para incluir regras sobre a responsabilidade na avaliação e destinação destes documentos.
- Atualizada a página de Gestão Documental na Intranet com informações sobre o SEI, links para a planilha de controle de descarte e orientações para correta classificação de documentos.
- Encaminhada comunicação aos servidores, recomendando participação no curso de Gestão Documental, após o período eleitoral.
- Elaborado relatório sobre o acervo do TRE-PR encontrado na prefeitura de Maringá, com sugestões para preservação e digitalização, encaminhado à Direção Geral.
- Realizado levantamento dos processos administrativos - PADs do acervo do TRE-PR no Arquivo Público do Paraná, incluindo contatos dos gestores. Elaborado documento com possibilidades, soluções, modelos e custos para a digitalização e preservação deste acervo.
- Criada a série mensal intitulada “Pílulas de Memória”, para divulgar a história do TRE-PR, com fotos e informações sobre documentos antigos, como mapas

de resultados, títulos eleitorais e relatos históricos do processo eleitoral.

- Realizada visita à Prefeitura de Maringá, onde foram realizadas as seguintes ações:
 - Envio de ofício à prefeitura, para agradecer a valorização do patrimônio histórico e oferecer colaboração para divulgação dos documentos;
 - Comunicação às zonas eleitorais envolvidas sobre o acervo documental, promovendo a valorização junto às instituições universitárias, respeitando a LGPD;
 - Aprovada a impressão, moldura e exposição do título de eleitor dos primeiros alistados em 1956;
 - Acatada a realização de exposição comemorativa pelos 70 anos da Justiça Eleitoral em Maringá, utilizando o acervo histórico.
 - Analisada a minuta do acordo de cooperação técnica com o Arquivo Público do Paraná, para catalogação e digitalização de 217 metros lineares de documentos dos depósitos 51 e 63.
 - Debatido o andamento do projeto “Gotas da Memória”, destinado à publicação de artigos sobre a história da Justiça Eleitoral.
 - Decidido o encaminhamento à SECTI, para manifestação sobre as medidas necessárias para preservação dos documentos do PAD.
 - Definido que, em 2025, serão realizadas as seguintes ações:
 - Prosseguimento do plano de destinação de documentos digitais, após resposta da SECTI;
 - Incorporação das recomendações da consultoria ao relatório final e conclusão da minuta de ações;
 - Levantamento completo do acervo em Maringá;

- Finalização da minuta de acordo com o Arquivo Público do Paraná;
- Publicações mensais do projeto “Gotas da Memória;
- Planejamento de ações para preservação de documentos em risco, devido a formatos obsoletos;
- Envolvimento de novos membros na comissão, ampliando expertises e melhorando os processos.

4.9) Comissão Permanente de Segurança- CPS

• Composição:

Membro Eleitoral Efetivo da Corte:

Dr. Julio Jacob Junior

Juiz da 69ª Zona Eleitoral de Francisco Beltrão:

Dr. Antonio Evangelista de Souza Netto

Secretário de Administração (SECAD):

Iuri Camargo Kisovec

Coordenador de Transporte e Segurança Institucional (CTSI):

João Paulo de Castro

Agente da Polícia Judicial:

Marcos Armenio Militão

Chefe da Seção de Segurança Institucional e Inteligência (SSI):

Sinter Maiki de Constantino Machado e Santana

b) Datas das Reuniões:

1ª Reunião: 12/03/2024

2ª Reunião: 12/08/2024

c) Ações Deliberadas e Implementadas:

- Informada a composição da equipe e respectivas unidades de atuação, bem como identificadas as Resoluções e Portarias que fundamentam as atividades da Comissão.
- Apresentados os dados da segurança, que incluem o número de servidores, Zonas Eleitorais, Municípios, locais de votação, seções eleitorais e eleitores.
- Demonstrados os objetivos e competências da Comissão Permanente de Segurança, conforme disposto nas Resoluções TRE-PR nº 862/2020 e nº 896/2022.
- Deliberado sobre os temas:
- Formato das reuniões da Comissão Permanente de Segurança (videoconferência ou presencial);
- Definição da periodicidade das reuniões anuais;
- Troca de informações por meio do grupo da Comissão no WhatsApp;
- Envio de minutas de despacho por e-mail ou WhatsApp;
- Realização de visitas aos Órgãos de Segurança.
- Divulgados os objetivos do Plano de Segurança.
- Expostos os dados referentes às Eleições, bem como indicadas as principais atividades que demandam apoio específico.
- Reforçada a relevância da colaboração entre o TRE/ PR e as forças de segurança, incluindo a Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Guarda Municipal.
- Indicados municípios e locais de votação destinados às comunidades indígenas e aos presos provisórios.

- Ressaltada a importância de compartilhar informações com as forças de segurança sobre os locais de votação (incluindo endereços), pontos de risco, difícil acesso e áreas indígenas, quilombolas e de contingência.
- Realizadas as seguintes reuniões estratégicas:
- Reunião da Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação com a Polícia Militar e a Guarda Municipal;
- Reunião operacional “pré-eleição”, para reforçar o alinhamento de informações;
- Reunião operacional destinada ao planejamento da cerimônia de diplomação dos eleitos.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório Anual de Atividades confirma que as iniciativas implementadas pelo Sistema de Governança da Justiça Eleitoral do Paraná não apenas consolidaram a instituição, mas também possibilitaram o aperfeiçoamento da gestão de riscos, conformidade e integridade que fomentam o bem-estar social e consequentemente colaboraram para que a Justiça Eleitoral paranaense entregasse em 2024 serviços calcados na gestão ética, eficaz, transparente e responsável.

Este é o Relatório.

6) REFERÊNCIAS

O presente relatório considerou como referências as informações encaminhadas, de forma individualizada, pelas unidades em seus relatórios de atividades anuais:

- *Conselho de Governança*
- *Comitê de Gestão da Infraestrutura e de Contratações - CGIC*
- *Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação - CGTI*
- *Comitê de Gestão Estratégica e Riscos - CGER*
- *Comitê de Gestão Judiciária - CGJUD*
- *Comitê de Gestão Orçamentária - CGO*
- *Comitê Gestor de Segurança da Informação e de Proteção de Dados Pessoais - CGSIPDP*
- *Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e Atenção Integral à Saúde - CGLGPAIS*
- *Comissão de Ética e Integridade*
- *Comissão de Gestão de Continuidade de Negócios*
- *Comissão de Gestão do Teletrabalho*
- *Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual - TRE/PR*
- *Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual - 1º Grau*
- *Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS*
- *Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão*
- *Comissão Permanente de Avaliação Documental*
- *Comissão Permanente de Segurança*